

Castro Labreiro até aos anos 1930: acessibilidade e migrações

Albertino Gonçalves & Américo Rodrigues

“Só por desgraça é que a gente vive aqui, meu senhor - dizia-nos uma pobre mulher castreja, com quem conversamos, - ainda se o governo nos fizesse a esmolinha de mandar para cá uma estrada!” [Minho Pitoresco, José Augusto Vieira (J.A.V.), 1886]



Figura 1 Foto mais antiga conhecida de Castro Labreiro [1896] - [1897]. Fotógrafo: José Albino Pereira de Carvalho (Penafiel, 1841- Monção, 1920). “huns tamancos muito altos, atados com diferentes corréas”, (Dom Frei Caetano Brandão, 1791). Traje feminino castrejo antigo, com soques mais rústicos que os Alabardeiros, que também não eram tamancos fechados. “os tamancos que dão à crasteja a pequenez do pé, como acontece na China com os borzequins das altas damas. Chamam-lhes na linguagem local «alabardeiros»”, (J.A.V., 1886).

“Os corvos quando atravessam Castro Laboreiro voam de costas para não ver as misérias da terra”. [antigo ditado castrejo]

Em Castro Laboreiro, sempre se partiu. Contingentes apreciáveis, a maioria dos homens disponíveis. Com maiores ou menores riscos e sacrifícios. Por muito ou pouco tempo. Para perto ou para longe. Legal ou clandestinamente. Quase sempre com regresso marcado. Parafraseando o Padre António Vieira, os castrejos têm a sua terra para nascer e o mundo para morrer, de preferência, numa branda ou numa inverneira. Não existe isolamento, mas uma assinalável abertura ao mundo. Assim se compreende que num reduto de montanha o visitante se surpreenda com tantos testemunhos, entre outros, da Austrália, Canadá, Estados Unidos, Venezuela, do Brasil, de Andorra, Suíça ou da França.

A leitura de visitantes ilustres habituou-nos a encarar, até há poucas décadas, como uma evidência o isolamento da freguesia de Castro Laboreiro. Tratar-se-ia de uma espécie de fado proverbial decorrente da difícil acessibilidade a um remoto lugar de montanha, agravada pela atitude reservada do seu povo.

A um canto sombrio da antiga Lusitânia e como que a despedir se da patria que lhe foi berço, existe um povo, um tristíssimo povoado solitario e quase nú, que os seculos têm contemplado, sem lhe dar sequer o menor vestígio de progresso e de civilização. Esse povo, conhecido nos mappas e na historia pelo nome de Castro Laboreiro, vive ainda hoje como viveu nas preteritas eras da sua origem (...) Orgulhosos, sobranceiros e pouco doces, teem como a rocha a dureza natural; intrataveis talvez, teem uma certa frieza que, embora condiga com o gelo das fontes, arrefece completamente o entusiasmo e a meiguice dos seus visitantes do sul. E, ou porque o afastamento da civilização torne os instinctos maus, ou porque a seivas das montanhas tenham grande influencia no espirito do homem, o que é certo, é, que me pareceu este povo muito senhor das suas acções, e como que ensoberbecido pelas nenhumes glorias dos seus castellos. Vivendo à parte, e formando como que uma só família, unica no modo de vestir e no modo de fallar, esta gente, não sei porque, é excessivamente desconfiada, altiva e orgulhosa. / Se o reitor recommenda o visitante, este tem carta de alforria, e embora lhe penetre nos eidos, nem uma só pergunta lhe dirigem; mas em caso contrario, o archeologo, como o engenheiro... é logo espreitado, e de cada canto lhe surge um phantasma interrogador, importuno e pouco disposto a ouvir razões” (de um correspondente do jornal brasileiro O Economista, edição de 1 de setembro de 1882).

Este excerto traça, em 1882, um perfil retomado por linguistas, arqueólogos, etnógrafos, geógrafos e homens de letras, tais como José Leite de Vasconcelos (1858-1941), António da Rocha Peixoto (1866-1909), Jorge Dias (1907-1973), Orlando Ribeiro (1911-1997), José Lopes de Oliveira (1881-1971), Maria de Lamas (1893-1983), Fernando Galhano (1904-1995), Ernesto Veiga de Oliveira (1910-1990), Luís António Domingues Polanah (1921-2005), Benjamim Pereira (1928-2020) ou Alice Geraldês. Castro Laboreiro padeceria de um enclausuramento extremo, associado a péssimos acessos, a um atraso ancestral e a uma condição humana rude mas altiva.



Figura 2 Foto: Vila de Castro Laboreiro, 1902. Dirigentes e colaboradores da revista *Portugália*. Sentados nos últimos degraus do Cruzeiro do Eirado, da esquerda para a direita: Rocha Peixoto, Ricardo Severo, Manuel Monteiro, Fonseca Cardoso e José Fortes.

Em 22 de setembro de 1949, acabado de chegar pela estrada há pouco inaugurada, Miguel Torga ainda tange teclas semelhantes, embora num tom mais empático e encomiástico. Aos seus olhos encantados desvendam-se,

“mistérios sucessivos (...) Um nunca mais acabar de espinhaços e de abismos, de encostas e planaltos. Um mundo de primária beleza, de inviolada intimidade, que ora fugia esquivo pelas brenhas, tímido e secreto, ora sorria de um postigo, acolhedor e fraterno (...) E uma velha muito velha, desmemoriada como uma coruja das catacumbas, vigiava a porta do baluarte, a fiar o tempo. Era a pré-história ao natural” (Diário IV, Coimbra, 1949).

Não faltou, inclusivamente, quem, embalado pelo estereótipo do isolamento, vislumbrasse, metricamente, nos Castrejos exemplares suspensos na história, ou mesmo puros atlantes.

“O autochtone e o representante vivo da velha raça mesolithica de Muges (...) que teria povoado a península durante a última época quaternária (...) Acantonado desde os tempos prehistoricos n’uma região montanhosa de asperrimo acesso, como o demonstram as numerosas necropoles dolmenicas espalhadas na maioria dos seus planaltos, o Castrejo mantém ainda tenazmente no seu typo physico os elementos primordiales da raça mãe, tendo soffido pouco com a influencia das gentes immigrantes, que successivamente transportaram para o territorio portuguez novos periodos civilisadores e novos elementos ethnicos (Fonseca Cardoso, “Castro Laboreiro (Ensaio Anthropologico), *Portugalia*, Tomo II, Impresa Portuguesa, Porto, 1906, pp. 179-186; pp. 186 e 179).

O General João de Almeida, em conferência realizada na Sociedade de Geografia de Paris em 1931, sob a presidência do marechal Lyautey e do Ministro das Colónias de Portugal, avançou que os habitantes da antiga Atlântida, fugindo à submersão, se refugiaram para leste e estão “representados nos tipos de maior pureza nos platôs e altos vales do Minho (Castro Laboreiro), Trás-os-Montes” e outros locais e que “são no fundo os autóctones da população portuguesa, de raça lusitana” (Padre Bernardo Pintor, “Castro Laboreiro e os seus Forais”, Congresso Histórico de Portugal Medieval, Braga, novembro de 1959).

Que Castro Laboreiro permaneceu durante séculos uma comunidade afastada de tudo com acessos inóspitos não restam quaisquer dúvidas. Assim testemunha Dom Frei Caetano Brandão, Arcebispo de Braga, aquando da sua visita, em 26 de setembro de 1791:

“Que serras fragosíssimas; caminhos, que desfiladeiros! O Lugar em que estou actualmente, he a Noruega de Portugal: não se vê senão rochas escarpadas, e medonhas; arvore fructifera nem humas só; e ainda as outras são muito raras; não ha milho, nem trigo, nem hortaliça de casta alguma; apenas o gão de centeio” (António Caetano do Amaral, Memórias para a História da Vida do Veneravel Arcebispo de Braga D. Fr. Caetano Brandão, Tomo II. 1ª impressão: 1818. 2ª edição, Braga: Typ. dos Orphãos, 1867, p. 107).

Em 1800, o assertivo Capitão do Real Corpo de Engenheiros, Custódio José Gomes da Vilas Boas, na Descrição Topográfica das Comarcas Fronteiras da Província do Minho (Arquivo Histórico Militar, pasta 4, código 21 A, p. 25), justifica uma proposta de união dos concelhos de Melgaço e Castro Laboreiro nos seguintes termos:

“Seria muito cordato e útil aos povos unir este concelho e a Vila de Melgaço às jurisdições da borda do Minho, que lhe ficam próximas, e mais comunicáveis. Este concelho tem uma só freguesia, pobre, mas em terreno tem quase 10 léguas de circuito, ocupadas pelas referida montanhas, fora das quais há poucos sítios planos e producentes; não produz mais do que centeio, se os frios da primavera o não tolhem, e ainda assim está um ano na terra, desde que semeia até se colher: o valor desta produção anda por 16 mil cruzados um ano por outro, e não chega para o sustento dos habitantes, que nos meses de inverno saem para fora do concelho a trabalhar pelo ofício de pedreiro(...) É notável que tão perto da rica e amena ribeira do Minho haja um terreno de tão diverso clima, produções e costumes tão particulares.”

Enclausurada entre montanhas, a Castro nunca chegaria a vinha, a oliveira ou as árvores de fruto. Pela altitude, por o clima impedir o amadurecimento das espigas, ficou fora da revolução do milho grosso americano que modificou o Alto Minho desde o século XVI ao XVIII. A única aquisição digna de registo do património alimentar da família castreja foi a batata. Introduzida tardiamente na alimentação humana traz alguma fartura a partir do século XIX.

Volvido um século, persistia o mesmo cenário. Com o objetivo de acudir a mais uma “terrível epidemia de tifo” que grassava há meses, uma equipa da Cruz Vermelha de Viana do Castelo deslocou-se a Castro Laboreiro no dia 28 de janeiro de 1914. O respetivo relatório queixa-se da dificuldade e da morosidade da deslocação:

“Depois de uma pequena refeição tomada na vila de Melgaço, todo o pessoal que de Viana partiu em automóvel se pôs em marcha para Castro Laboreiro, onde chegou às 20 horas e trinta minutos extenuadíssimo, tendo atravessado uma extensão de 18 Km’s em manhosas cavalgadas, por caminhos escabrosos e cheios de despenhadeiros”. O percurso de 145 Km de Viana do Castelo até ao destino demorou 12 horas (Gonçalo Fagundes Meira, “A Cruz Vermelha de Viana e a epidemia de Castro Laboreiro em 1914”, Cadernos Vianenses, Tomo 47, 2013, pp. 147 - 155, p. 149).

À dificuldade de acesso à freguesia juntou-se a dificuldade de acesso aos próprios doentes:

“Nada habituados a ver gente sua a internar-se em hospitais e convictos de que só morria quem tinha que morrer e que a morte deveria acontecer na casa de cada um, os castrejos começaram a ocultar os seus enfermos. Só a denúncia de alguma gente mais esclarecida e preocupada ia permitindo detectar novos casos” (Idem, p. 153).

Na verdade, a cada ano que passava, a questão da acessibilidade agravava-se de um ponto de vista comparativo. Enquanto que, a partir das últimas décadas do séc. XIX, com o fontismo, as infraestruturas e os meios de comunicação se desenvolvem no País, incluindo nas demais freguesias do concelho, a situação de Castro Laboreiro, ignorado e votado ao abandono, é cada vez mais desfavorável. Matias Sousa Lobato (1859-1920), natural de Alvaredo, professor oficial e defensor acérrimo de Castro Laboreiro, publica vários escritos de diagnóstico político e social, apontando os principais males castrejos que, na sua opinião podiam ser facilmente debelados com escolas e estradas, não deixando de sonhar com o veículo da civilização e progresso da época, o comboio. Extrato de carta supostamente publicada pelo seu punho no jornal Correio de Melgaço em 23.03.1917:

“(…) Pois não temos escolas, obtemos grande quantidade de cereais no país vizinho para fabricar o pão de cada dia, estamos sobrecarregados de contribuições, não temos caminhos viáveis que nos liguem com os centros de população, visita-nos uma moléstia endémica trienalmente, vamos ganhar para o Douro, Beira Alta e províncias de Espanha, o preciso para viver...e nada de complacências?”.

Em 1920 o jornal castrejo “A Neve” apelava desesperadamente pela construção da estrada de ligação a Melgaço. O periódico, de poucas publicações, parece ter sido criado com o principal objectivo de reclamar a via de comunicação prometida desde o século anterior.

Nas décadas seguintes, nos jornais melgacenses proliferam crónicas reivindicativas da desejada estrada que só vai chegar em 1947. Algumas são de autores castrejos como o Padre Domingues.

A constatação do carácter “aspérrimo” do percurso, designadamente o mais utilizado e seguro, pela Costa de Portelinha, Porto dos Cavaleiros, Alcobaça, Outeiro da Loba, Fiães, Costa da Rolha, Melgaço, não implica a deserção motivada pelos obstáculos. A orografia, a aridez dos solos e o rigor do clima não permitem a autossuficiência de Castro Laboreiro, logo um isolamento quase absoluto. Como sublinha o Padre Domingues, Castro Laboreiro, “uma freguesia pobríssima de Melgaço”,



Figura 3 Foto de carvoeira castreja.
Rocha Peixoto, 1902.

“não é, contudo, pobríssima porque os seus habitantes se poupem a trabalhos os mais custosos e os mais penosos, é pobríssima porque o seu solo é infrutífero e incultivável. Nada há que ali se possa desenvolver – nem as árvores florestais. Os seus montes são escarpados e nus de vegetação, vivendo com dificuldade o próprio carvalho que pobremente os reveste. (...) Existem pontos no solo português mais elevados, mais frios; mas não existem com elementos tão pobres como o terreno de Castro. Aquele povo laborioso, profundamente económico, nasce na miséria, vive na miséria e morre na miséria” (“O velho sonho da estrada de Melgaço a Castro Laboreiro”, Notícias de Melgaço, 16 de agosto de 1931. Publicação de Joaquim Rocha em 2010, Dicionário Enciclopédico de Melgaço II).

Por maior que seja o aproveitamento do espaço e do tempo, do calendário e do clima, como o atesta o movimento entre as brandas e as inverneiras, a população não consegue furtar-se à interação com o exterior e à (e)migração, ao desaninho. A escassa variedade de produtos locais obriga a recorrer à troca e ao comércio. Tornou-se emblemática a figura da castreja que, com a mula carregada com carvão, centeio ou batata, desce, ainda de noite, à ribeira, exposta a temíveis adversidades, desde o lobo à estantiga (estantega, localmente). Mas não era um caso isolado. Como argumenta o Padre Domingues, a dificuldade não elimina a necessidade.



Figura 4 Foto de A. Gigante (Mulheres do meu país, Maria de Lamas, 1948) - Castrejas em direção à Ribeira, no final dos anos 40 do século XX.

“Esta freguesia é servida por caminhos velhos, destruídos, verdadeiramente intransitáveis, e, contudo, o movimento destes caminhos é grande, porque a freguesia é muito populosa e importa todos os géneros de consumo de 1.ª necessidade, desde o pão e o vinho, até à própria fruta. Em Castro não há uma única árvore frutífera, não há hortaliça, não há pão, não há vinho, e tudo isto que lá se consome é transportado à distância de 20 km, por caminhos aspérrimos, às costas dos humanos, ou ao dorso da mula” (Padre Domingues, 1931).

A fronteira, extensa, pouco fluvial e muito seca, discreta, carta, senão trunfo, no baralho da vida, propicia a errância e o intercâmbio de homens, animais, produtos e serviços. É um traço-de-união, porta entreaberta, ponte atravessada e janela que rasga horizontes. Os parcos rendimentos incitam ao contrabando. E nas feiras, lojas, romarias, bailes e bodas, ambas as bandas, sobretudo as mais “achegadas”, interagem como vizinhas e parceiras. Enfim, Castro Laboreiro, “princípio do mundo”, oferece-se como refúgio, histórico, de perseguidos e desterrados, em particular, durante os períodos de guerra civil, tanto em Portugal com em Espanha, nos séculos XIX ou XX. Um entrevistado prestou-se a esclarecer pitorescamente esta relação com a fronteira: “Señor, poño un pé a este lado e o outro ao outro, e fago o servizo polo medio”.

Mas por muitos e díspares que sejam, estas oportunidades não são suficientes para garantir a sobrevivência dos castrejos:

“Os seus habitantes têm de abandonar o seu solo para irem a longínquas terras ganhar o pão quotidiano para poderem viver e os seus, e isto continuamente e sempre. Não se emigra para saciar o desejo do ouro ou da riqueza, emigra-se por necessidade de ganhar o pão quotidiano, e emigra-se desde os doze aos vinte anos, e emigra-se todos os anos e todos os meses, podendo somente descansar um, dois meses, cada ano” (Padre Domingues).

Meio século antes, Pinho Leal, na monumental obra corográfica Portugal Antigo e Moderno, publicada em 1874, já enxerga claramente o alcance e o impacto dos movimentos migratórios:

“Ha uma emigração espantosa, pois que desde que entra o mez de setembro, tudo que é homem de idade de oito annos para cima, até à de de mais proveeta, estando em circumstancias de se arrastar, lá marcha para o Douro, Traz-os-Montes, Beira-Alta e outras partes, não recolhendo senão na Paschoa, que é o termo fatal em que hão de apparecer por força. / Fica a terra tão despovoada de homens, que os cadaveres são conduzidos para a igreja pelas mulheres” (Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho Leal, Portugal Antigo e Moderno, Volume segundo, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1874, p. 207).

Recuando mais meio século, a emigração é mencionada numa comunicação, datada de 1836, do governador civil à câmara municipal a acusar os abusos do administrador do concelho de Castro Laboreiro. Entre as queixas dos habitantes, destacam-se:

“[...] alguns dos mesmos feitos como he passar passaportes aos estrangeiros que se querem refugiar neste reino, e outros que entrão com contrabando, e mesmo aos indivíduos deste concelho que continuam a ir aos ganhos, para as províncias de Trás-os-Montes, passando-lhe umas guias em lugar de passaportes; em papel branco, levando-lhe por cada huma cento e vinte, vindo a receber a F. N. grande prejuízo, na falta de sello, escrevendo tanto os passaportes como as guias como secretário, assignando como administrador [...]”. AHGCVC, Câmara de Castro Laboreiro, n.º 1.12.4.2-17, não paginado. (Alexandra Esteves, Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732-1870), Tese de Doutoramento em História - Ramo de conhecimento em Idade Contemporânea, Universidade do Minho, 2010, pp. 66-67).

Ostensivas, as migrações não passaram despercebidas aos ilustres “visitantes antropologistas” que se debruçaram sobre Castro Laboreiro. Registaram-nas, bem como às deslocações entre brandas e inverneiras. Subestimaram, porém, o seu enraizamento, envergadura e impacto.

“De sempre” e quase por todos, as migrações, sobretudo sazonais até à Segunda Grande Guerra e emigração permanente, cada vez mais a partir de finais do século XIX, impõem-se como uma “constante estrutural”, para retomar a expressão aplicada por Vitorino Magalhães aplicada à sociedade portuguesa (Godinho, Vitorino Magalhães. “L’Émigration Portugaise (XVe-XXe Siècles): Une Constante Structurale et les Réponses aux Changements du Monde”. Revista de História Económica e Social, 1 (1978): 5-32).

As migrações constituem uma componente básica, incontornável, da condição, da vida e do destino dos castrejos. Do coro dos “ilustres visitantes”, destoa como exceção a voz de José Augusto Vieira (1850-1996). Médico, com uma “individualidade obscura aos olhos ávidos do Folk-lorismo nacional”, além de assumir inequivocamente a dimensão do fenómeno migratório, logra equacionar a emigração como uma norma partilhada, um horizonte interiorizado, um imperativo cultural que norteia a comunidade e os seus membros.

“Nos fins de S. Miguel, os homens robustos de válidos e validos emigram para o Douro e Beirras, onde vão fazer paredes nos mattos e campos (...) Ficam apenas as mulheres, os velhos e as creanças.

- Não ha quem deite a mão a qualquer coisa, senhor. - Se acontece de a neve entulhar as portas dos curraes, mal nos avimos (havemos) para poder tirar o gadinho.

Qualquer homem que não siga o destino dos outros e que se deixe ficar na povoação, o que é raro, é considerado desprezado e as mulheres evitam-o sempre, não o attendendo as raparigas nos seus requestos, visto ser um calaceiro e não dar boas garantias de marido trabalhador.

No mez de junho regressam aos seus lares e fazem os trabalhos agricolas da colheita do centeio e batata, a apanha das lenhas e dos mattos para as córtes dos gados, compram e vendem nas feiras algum animal, concertam as choupanas, e, quando o inverno chega, depois de deixarem feitas as sementeiras do centeio barrozo, emigram novamente” (O Minho Pittoresco, Tomo I, Lisboa, Livraria de António Maria Pereira, 1886, p. 22).

Existem várias fontes, documentos e os testemunhos, que indiciam a forma e a envergadura das migrações sazonais e da emigração internacional. Heterogéneas e de qualidade variável, o seu cruzamento permite dar maior robustez e validade à investigação.

Os “boletins de família” do Censo da População de 1890 abrangiam “as pessoas presentes ou temporariamente ausentes fazendo parte da família, e bem assim os que acidentalmente pernoitassem junto dela na noite de 30 de Novembro para 1 de Dezembro, com discriminação de nomes, sobrenomes e apelidos, relação para com o chefe de família, sexo, idade, estado civil, naturalidade (...) instrução (...) emprego, profissão, ofício, ocupação ou condição social, character do domicílio no lugar de recenseamento (ausente e transeunte), e finalmente se é naturalizado português” (Introdução, Censo População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890, Lisboa, 1896). A tabela seguinte apresenta os valores da população residente (“pessoas (...) fazendo parte da família”) e presente (sem “os “temporariamente ausentes”) respeitantes às freguesias do concelho de Melgaço.

Comparada com a população residente, a população presente é manifestamente subrepresentada em Castro Laboreiro: 75,5% (contra 93,9% no concelho). Sendo sobretudo os homens a emigrar, a taxa de masculinidade também é bastante baixa: 48,4 homens por 100 mulheres (contra 76,8 no concelho). Este desequilíbrio entre os sexos aprofunda-se quando nos limitamos aos casados (viúvos incluídos): 31,5 homens por 100 mulheres. Das 18 freguesias do concelho, apenas Lamas de Mouro acompanha esta tendência: 34,7%, 72,6% e 22,4%, respetivamente. Estes valores sugerem uma elevada incidência das ausências temporárias, ver migrantes sazonais, em ambas as freguesias.

Os “livros de recenseamento militar” também se oferecem como uma fonte credível para a caracterização das migrações. Contemplam os mancebos com idade igual ou ligeiramente inferior a 20 anos, indicando, sistematicamente, a idade, a filiação, a naturalidade e a residência; nos casos de ausência do concelho, aditam, quando conhecida, a residência de acolhimento, mencionada como “residência ocasional”. Consultados e analisados ao nível do concelho no período entre 1860 e 1885 (Álvaro Domingues, “Estrutura Sócio-económica e mobilidade geográfica: Melgaço na segunda metade do séc. XIX”, Revista da Faculdade de Letras - Geografia, I Série, Vol. I, Porto, 1986, p. 113 a 177), Álvaro Domingues obteve resultados significativos que passamos a resumir.

Ano	Pop.		Present.		Doutra freg.	Doutro conc.	Doutro país	Present / Resid.	Hom. /Mul	Casados /casadas
	1890 resid.	Presente	Homem	Mulher						
Alvaredo	772	711	347	364	0	0	1	92,1%	95,3%	96,2%
Chaviães	678	678	309	369	256	0	17	100,0%	83,7%	93,5%
Cristoval	834	831	350	481	4	20	26	99,6%	72,8%	88,4%
Melgaço (Vila)	1086	1075	469	606	71	39	46	99,0%	77,4%	78,6%
Paderne	1894	1892	884	1008	3	1	17	99,9%	87,7%	90,3%
Paços	622	615	273	342	0	0	4	98,9%	79,8%	84,1%
Penso	1050	1031	464	567	38	13	18	98,2%	81,8%	82,7%
Prado	499	452	212	280	13	3	14	90,6%	75,7%	76,0%
Remoães	193	184	83	101	0	0	8	95,3%	82,2%	90,6%
Roussas	960	925	428	497	0	179	9	96,4%	86,1%	88,8%
S. Paio	1058	1031	463	568	1	0	19	97,4%	81,5%	82,1%
Total Ribeira	9646	9425	4282	5183	386	255	179	97,7%	82,6%	86,4%
Castro Laboreiro	2145	1619	528	1091	1	14	5	75,5%	48,4%	31,5%
Couso	671	633	276	357	0	0	0	94,3%	77,3%	73,5%
Cubalhão	353	327	151	176	0	0	0	92,6%	85,8%	85,0%
Fiães	929	884	400	484	0	1	11	95,2%	82,6%	77,8%
Gave	653	653	281	372	3	0	1	100,0%	75,5%	85,0%
Lamas de Mouro	230	167	43	124	0	0	0	72,6%	34,7%	22,4%
Parada do Monte	801	740	333	407	0	0	1	92,4%	81,8%	80,7%
Total Monte	5782	5023	2012	3011	4	15	18	86,9%	66,8%	60,0%
Total Melgaço	15428	14488	6294	8194	390	270	197	93,9%	76,8%	76,2%

Tabela 1. População residente e presente segundo o sexo e a proveniência. Melgaço 1890

Figura 5 Castro Laboreiro. Muitas mulheres e poucos homens em dia de neve. “Um grupo de fiéis esperando a hora de saída do clamor. Ilustração Catholica. Anno II. N° 102. Braga, 12 de Junho de 1915. Pág. 789.



A percentagem de “residências ocasionais” (ausências) ascendia a 30,4% na ribeira, descendo para 8,8% no monte. Por seu turno, o destino de acolhimento dos ausentes distribuía-se do seguinte modo: 43,3% no estrangeiro (29,6% no Brasil e 12,7% em Espanha) e 40% nos demais concelhos do País. Ignora-se o destino dos restantes 17,7%. Em suma, os mancebos da ribeira têm três vezes mais hipóteses de se ausentar do que os monte. Álvaro Domingues acrescenta, sem adiantar números, que “para Espanha encontramos sobretudo jovens das freguesias do Monte (particularmente Castro Laboreiro, sendo a profissão indicada, invariavelmente, «lavrador e pedreiro») e da freguesia raiana de Cristóval” (Idem, pp. 131-132). Inferência que condiz com os testemunhos escritos por contemporâneos.

Todos os anos, os homens dos 12-16 aos 50-55 anos partiam da freguesia em direção a leste usando as vias de comunicação seculares, galegas e portuguesas. Atravessada a comarca vizinha de Entrimo (Espanha) podiam seguir em muitas direções: Orense, Portela do Homem, Tourém, etc. O destino era Trás-os-Montes, Douro, Beiras e Espanha. O comboio alongou a dispersão, principalmente a espanhola. A data de partida, o fim do verão, depois da festa da Senhora da Peneda marcava o princípio do êxodo (Ferreira, 1938). Saíam no setembro ou outubro e regressavam na primavera para ajudar nas tarefas mais pesadas do lar. As únicas profissões alternativas, contrabandista e negociante eram selectivas. Por muitos serem jovens, alguns contraíram matrimónio nesses locais, outros ficaram anos sem voltar, uma minoria morreu e foi enterrada nesses lugares distintos, por vezes novos, ainda com muito tempo para viver. A maioria esmagadora regressava, os que estavam mais próximos, muitas vezes traziam com eles árvores bravas de fruto para plantar nos lugares das inverneiras, ou alguns animais para reforçar o efectivo animal ou substituir os animais padecidos por doença ou invernias.

Voltando ao Padre Bernardo Pintor no Congresso em Braga de 1959,

“Nos séculos passados os homens de Castro Laboreiro emigravam, em geral a curto prazo, para Trás-os-Montes, Douro e Beira (...) Por lá andavam sem notícias da família, mas com o coração sempre apegado à terra natal. Assim em 4 de dezembro de 1777, véspera de render a alma a Deus, o oficial de pedreiro Domingos Afonso, do lugar de A de João Alvo (Dejanalvre) fazia testamento na Vila de Vimioso a demandar «que por sua alma se lhe façam os três nocturnos» e que «falecendo nesta Vila de pagará ametade ao pároco dela e outra ametade ao pároco da freguesia da sua terra» e «que se lhe digam mais por sua alma trinta missas à Senhora da Peneda que fica junto à sua terra» (...) «disse mais ele testador que ele se achava casado em face da Igreja com sua mulher Antónia Afonsa e quando partira para esta terra a supunha pejada, e vindo à luz o fecto o chamava por herdeiro de correspondente ameação de seus bens». Assim falecia sem ter recebido notícias da família depois da partida. E a mulher, só teve notícia quando os vizinhos e companheiros voltaram. O velho livro de translados dos Testamentos de Castro Laboreiro, registando o deste castrejo, diz que foi «dada parte de seu falecimento nesta freguesia no dia dez do mês de maio de setenta e oito»”.

Além da oralidade e de outros exemplos similares aos acima referidos, os registos de óbitos são o testemunho irrefutável que sustenta a tradição migratória que permitiu a vida no concelho de Castro Laboreiro (freguesia de Melgaço desde 1855) durante séculos.

“Óbito de Domingos Gonçalves, Filho de António Gonçalves e de Maria Alves. Natural das Cainheiras. Faleceu em São Mamede de Ribatua, Alijó, a 04.02.1869, com quase 20 anos de ida-

de, solteiro, sem testamento, e foi sepultado no cemitério da dita freguesia de Alijó. A certidão de óbito foi lavrada pelo pároco de Castro Laboreiro a 12.03.1869.

“Óbito de João Domingues, Filho de Domingos Domingues e de Maria Luísa Pires, naturais do Barreiro/Ponte do Barreiro. Nasceu em 1827. Morreu às 16 horas de 10.12.1875, na freguesia de Vilar de Pedro Alonso, Salamanca, com 48 anos de idade, casado com Ana Rosa Esteves. Foi sepultado no cemitério no local. Deixou descendência. o padre de Castro Laboreiro anotou a notícia em 01.05.1876.

Exija e para Castro Laboreiro em 12 de março de 1869
este certidão que assigna. Ex a ut supra

Por Manuel António Gonçalves

Eu João Domingues filho de Domingos Domingues e de Maria Luísa Pires natural do Barreiro/Ponte do Barreiro. Nasceu em 1827. Morreu às 16 horas de 10 de dezembro de 1875, na freguesia de Vilar de Pedro Alonso, Salamanca, com 48 anos de idade, casado com Ana Rosa Esteves. Foi sepultado no cemitério no local. Deixou descendência. o padre de Castro Laboreiro anotou a notícia em 01 de maio de 1876.

Por Manuel António Gonçalves

Figura 6 Foto: Certidão de óbito - Domingos Gonçalves

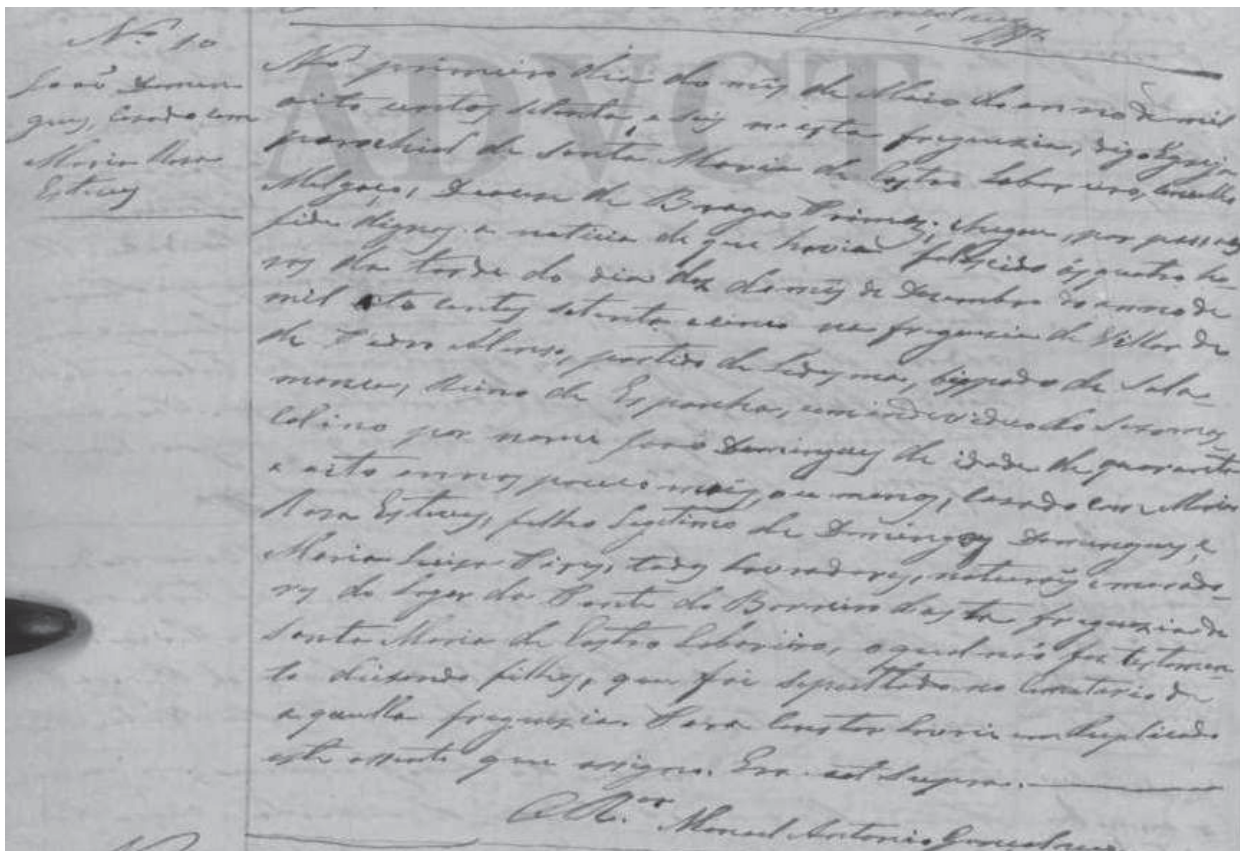


Figura 7 Foto: Certidão de óbito - João Domingues

Compulsemos a janela de óbitos entre 1788 e 1825 trabalhada por Alexandra Cerveira Pinto S. Lima na sua oportuna Tese de Mestrado datada de março de 1996 (Castro Laboreiro: povoamento e organização de um território serrano. Lisboa, Instituto da Conservação da Natureza, 1996). Num período de 38 anos a investigadora encontra 132 óbitos fora da freguesia. Muitas vezes o testemunho do óbito é dado ao pároco de Castro Laboreiro por homens que eram companhia do falecido no local. Ora, nestes casos, o testemunho dado no mesmo ano, ou no seguinte, por quem volta à freguesia é dado no período quente que atesta o movimento sazonal de retornos, no fim da primavera ou início de Verão.

Aproveitando os dados recolhidos, Alexandra Lima concebeu um mapa que proporciona uma clara visualização gráfica do alcance e da dispersão das migrações da comunidade masculina castreja no período considerado (1788 a 1825).

Alguns dos autores que se debruçaram sobre estes fluxos migratórios (Leal, 1874; Vieira, 1886; Geraldés, 1987) referem que no exterior os castrejos ganhavam a vida com o ofício de pedreiros, fazendo nomeadamente paredes e muros. Os mais experientes e especializados justavam moradias e empregavam conterrâneos. Outros, trabalhavam para patrões fixos e levavam os familiares e vizinhos quando havia necessidade. Em Ludeiros, Lobios, Galiza, muito próximo de Castro Laboreiro, a maioria dos canastos do milho foram

Ano Pop, 1890 resid.	Pop. Presente	Present. Homem	Present. Mulher	Doutra freg.	Doutro conc.	Doutro país	Present / Resid.	Hom. /Mul	Casados /casadas	
Alvaredo	772	711	347	364	0	0	1	92,10%	95,30%	96,20%
Chaviães	678	678	309	369	256	0	17	100,00%	83,70%	93,50%
Cristoval	834	831	350	481	4	20	26	99,60%	72,80%	88,40%
Melgaço (Vila)	1086	1075	469	606	71	39	46	99,00%	77,40%	78,60%
Paderne	1894	1892	884	1008	3	1	17	99,90%	87,70%	90,30%
Paços	622	615	273	342	0	0	4	98,90%	79,80%	84,10%
Penso	1050	1031	464	567	38	13	18	98,20%	81,80%	82,70%
Prado	499	452	212	280	13	3	14	90,60%	75,70%	76,00%
Remoães	193	184	83	101	0	0	8	95,30%	82,20%	90,60%
Roussas	960	925	428	497	0	179	9	96,40%	86,10%	88,80%
S. Paio	1058	1031	463	568	1	0	19	97,40%	81,50%	82,10%
Total Ribeira	9646	9425	4282	5183	386	255	179	97,70%	82,60%	86,40%
Castro Laboreiro	2145	1619	528	1091	1	14	5	75,50%	48,40%	31,50%
Couso	671	633	276	357	0	0	0	94,30%	77,30%	73,50%
Cubalhão	353	327	151	176	0	0	0	92,60%	85,80%	85,00%
Fiães	929	884	400	484	0	1	11	95,20%	82,60%	77,80%
Gave	653	653	281	372	3	0	1	100,00%	75,50%	85,00%
Lamas de Mouro	230	167	43	124	0	0	0	72,60%	34,70%	22,40%
Parada do Monte	801	740	333	407	0	0	1	92,40%	81,80%	80,70%
Total Monte	5782	5023	2012	3011	4	15	18	86,90%	66,80%	60,00%
Total Melgaço	15428	14488	6294	8194	390	270	197	93,90%	76,80%	76,20%

Fonte: Alexandra Cerveira Pinto Sousa Lima. Castro Laboreiro: povoamento e organização de um território serrano (1996; p. 48)



Figura 8 Gráfico extraído do livro Castro Laboreiro: povoamento e organização de um território serrano, de Alexandra Cerveira Pinto Sousa Lima (1996; p. 49)

feitos por mão castreja, apesar a cultura do milho estar ausente da sua matriz cultural.

Com a viragem para o séc. XX os acessos não melhoraram, mas o mapa dos destinos dos fluxos migratórios começou a redesenhar-se. Nos jornais locais, sucedem-se notícias de partidas, como a que segue:

“partiram para o Brasil e Argentina vinte e três castrejos, entre eles António Augusto, filho de Manuel Bento Alves, António Bento Domingues Cordas e Domingos Fernandes”. *Jornal Correio de Melgaço*, 11.12.1912. As rotas antigas continuavam. Em junho de 1913, “acompanhado do seu filho, António, regressou da Beira Alta, Manuel Fernandes”. Entre muitos registos o mesmo jornal em 27.06.1915, “À administração do concelho dirigiram-se alguns indivíduos de Castro, declarando e pedindo que desejam ir trabalhar para Casa Branca. A autoridade respectiva prometeu empregar todos os esforços perante o Governo Civil para que tal pretensão fosse atendida”. Casa Branca é Casablanca em Marrocos, que nessa data é território francês.

A partir dos anos 1920, são, agora, famílias inteiras que deixam Castro Laboreiro rumo a terras de Vera Cruz. É o caso de António Bento Gonçalves, natural do lugar das Falagueiras e Barreiro; casado na Vila, emigrou em 1931 com 5 filhos (Alberto, Angelina, Adelino, Palmira e Armando) e a mulher Maria Rosa Fernandes embarçada. O sogro, António Fernandes Casanova, regressou a Portugal em 1929 para levar a filha, genro e netos, voltando passados dois anos, em 29 de outubro de 1931, com o objetivo cumprido. Chegados a Guarani das Missões, esperava-os um desfecho triste: a sua mulher Maria Antónia, que esperava ansiosamente cheia de alegria pela filha, genro e netos, tinha falecido em 31 de agosto desse ano. No início dos anos 1950 viajaram as últimas famílias castrejas para o Brasil.

Caladas as armas em novembro de 1918, a França tende a insinuar-se como o principal destino, numa espécie de prenúncio do êxodo massivo e quase exclusivo do imediato pós-Segunda Grande Guerra.

“Antigamente os homens e rapazes que podiam trabalhar emigravam em grandes grupos para as províncias do Douro, Trás -os- Montes e Beira Alta para fazer muros nos campos e nas vias de comunicação que por aí se abriam. Porém, presentemente tudo vai para a França, Espanha e Brasil, de onde mandam as suas economias para as mulheres que ficam a cuidar da vida caseira e do amanhã das terras. (...) Por cá só se encontram mulheres, crianças e homens velhos, que mal já podem dar um passo. Todos trabalham rudemente para bem dos seus e da terra onde nasceram.” (J. Ferreira, 1933, *jornal Notícias de Melgaço*).

Entretanto, sem deixar de ser expressiva, a emigração para Espanha começou a esmorecer, como o atesta a seguinte notícia de um aprisionamento em 1918:

“(…) Infelizes! Chamemos-lhe tão somente assim a essas vinte criaturas que, acoitados pela fome e perseguição pela miséria, como sempre, como em todos os anos transatos, deixaram a sua aldeia, abandonando os parentes e amigos, e com a boroa num saco e os picos num outro, entraram em terras de Espanha à procura do trabalho que lhes cansasse o corpo e lhes proporcionasse um pedaço de pão para enganar o estômago. Chamemos-lhe tão somente assim a esses vinte castrejos que – não querendo trilhar na senda do crime, da vadiagem ou do roubo; que não querendo permanecer numa terra, a terra deles, onde o capital é diminuto e o trabalho não aparece, preferiram abandonar os seus montes, sabe Deus com que saudades! – e procurar vida entre estranhos, dando-lhe o seu suor e o seu trabalho. Sim; eles são bem infeli-



Figura 9 Passaporte de António Bento Gonçalves, arquivo do seu filho Adelino Gonçalves, oferta do seu neto Jucelino Gonçalves



Figura 10 Homens castrejos em França, no início dos anos 20, depois da 1ª Guerra mundial, a maioria das brandas da margem direita do rio Laboreiro. Fila de baixo: 2º da esquerda, Júlio Bendeiro de Queimadelo, 3º António Calcalheiras do Rodeiro, 4º Adelino Caravelo (pai de Adelino casado nas Falagueiras), último e 7º, José Gonçalves Camposo do Barreiro/Queimadelo. Fila do meio: o 1º da esquerda, Fermينو Conde ; 2º, José Conde, 3º Alfredo Conde, todos de Dorna/Falagueiras. 6º Manuel Galhardo (?) do Rodeiro/Podre. Oferecida a Américo Rodrigues por Armandina Conde, Queimadelo, neta de José Conde da foto.

zes porque querendo ser honestos e trabalhadores, (...) foram presos e lançados depois numas cadeias, onde permanecem ao lado do vício e de camaradagem com o crime. Chamemos-lhe infelizes, mas não lhes façamos a injúria e os julgar criminosos, porque o seu único crime é terem fome, é terem nascido numa terra que só batatas e centeio produz. E só com batatas e centeio o homem não pode viver. Não! Essas vinte criaturas, crianças muitas e velhos alguns, não são criminosos embora em terras de Espanha andassem pela força armada e em Valença entrassem em prisões entre soldados de baioneta calada. Não! O seu crime é terem fome e procurarem trabalho. E é por este crime que eles, os castrejos, eles os naturais duma terra que só produz batatas e centeio, devem ser julgados. É o seu único crime”. Atravessaram a fronteira para trabalhar de pedreiros como sempre fizeram, estavam indocumentados. Enviados para Valença pelo Cônsul de Ourense. Nomes: António Afonso, Francisco Afonso, Manuel Afonso e Manuel Afonso; António Domingues, António Esteves Domingues, José Lengo Domingues, Manuel Domingues e Manuel António Domingues; Abílio Esteves, Alfredo Esteves, Manuel Esteves e Manuel António Esteves; Manuel Joaquim Fernandes; Domingos Pereira; Joaquim Rodrigues, José Rodrigues, José Rodrigues e Sebastião José Rodrigues; Adelino do Espírito Santo (Joaquim Rocha, 2010).

Por último, no que respeita às migrações sazonais, internas ou para Espanha, tivemos o privilégio de entrevistar um dos últimos castrejos a “andar de pico às costas”. Acompanhou, com 14 anos, o pai. Nos anos imediatos, emigraram ambos, primeiro o pai, logo o filho, para França.

Em abril de 1936, o Prof. Abílio Domingues, natural de Castro Laboreiro, delegado escolar em Melgaço, enviou um apontamento a José Leite Vasconcelos:

“Cada branda pode ter vinte casas e um forno de pão. Não há cabanas nem choças como no Alentejo. As habitações, tanto nas inverneiras como nas brandas, são idênticas às que o Sr. Dr. Leite Vasconcelos viu em 1904 nos lugares de Portelinha, Vido e Vila, com alguns melhoramentos que os proprietários, regressados da Espanha, França, América do Norte, lhe fizeram”.

O senhor abade Aníbal Rodrigues (1919-2003), por seu turno, orgulha-se, numa entrevista ao jornalista Aurélio Cunha em novembro de 1971, dos seus conterrâneos emigrantes:

“A emigração aqui é habitual. É tão antiga como a própria terra. O homem de Castro Laboreiro nunca se sujeitou a um nível baixo. Foi sempre sua ambição ganhar muito (...) Primeiramente os homens de Castro Laboreiro emigraram para todo o país. Depois, a grande atracção foi a Espanha e agora a França. Mas hoje não há terra onde não haja gente nossa: Brasil, Argentina, México, Taiti, Turquia, Gibraltar, Estados Unidos, Holanda, Austrália, Paquistão. Em toda a parte. Os nossos operários são altamente especializados em betão armado. De tal modo conceituados que, quando do rebenamento de diques na Holanda, foram para lá especialmente contratados. Outro exemplo elucidativo da categoria da nossa mão-de-obra: nas bases americanas na Turquia há gente daqui.”

Devido à sua situação geográfica aliada à escassez de vias de comunicação durante séculos, Castro Laboreiro, desenvolveu uma consciência de si própria como uma unidade cultural diferenciadora e solitária. Uma prova clara da identidade castreja foi sempre dada pelos castrejos fora do seu território, essencialmente pela forma solidária como interagiam entre si e como protegiam os seus. Anotou a professora Alice Galdes

na publicação de 1996, “Brandas e Inverneiras, Cadernos Juríz/Xurés” baseada no seu estudo iniciado em 1978,

“Uma prova da robustez desta identidade é dada, em território estrangeiro, pelos emigrantes de Castro Laboreiro, pela forma como se relacionavam com os nacionais do país receptor e também com os seus próprios compatriotas, oriundos de outros pontos de Portugal, e como envolvidos na mesma situação de mão de obra imigrada. Dessa atitude são esclarecedores os testemunhos de emigrantes em França, que a avaliam em termos de forte solidariedade que unia os castrejos e que se resolvia na prática por uma tenaz oposição aos outros, como impedir intromissões estranhas no seu seio” (...) “As fronteiras que material e simbolicamente os separam em território nativo desvaneciam-se lá fora face à premente necessidade de se apoiarem mutuamente para cada um a realização dos seus objetivos pessoais.”

Apoiados nas solidariedades de origem, puderam os castrejos manter no estrangeiro a imagem que de si próprios formavam: gente morigerada, séria, responsável, trabalhadora e respeitadora. Tais atributos, segundo a sua firme convicção, constituíram a razão de ser do seu sucesso junto dos empregadores e da imagem que também estes criaram a seu respeito. Assim identificados, não se confundiam com os outros grupos e permaneciam fiéis à raiz cultural”.

Na verdade, é impossível falar da história de Castro Laboreiro sem abordar a sua localização geográfica, as migrações marcantes ao longo de séculos e a forma como, em conjunto, modelaram esta população até aos nossos dias.

Uma comunidade que migra assim não pode ser uma comunidade fechada. De tanto percorrer o mundo, é natural que o mundo também chegue a Castro Laboreiro. A abertura, a saída, avultada e recorrente, repercutiu-se sempre na vida, na morfologia e na fisiologia locais. Fenómeno que adquiriu dimensões e consequências extremas a partir de meados do século passado, com uma emigração maioritariamente culminada com o regresso e a França como principal país de acolhimento. A andar faz-se o caminho e ao voltar traz-se a pegada. A não ser mais, histórias para contar, partilha de experiências e sementes de sonhos que ultrapassam os horizontes. Não existem povos impermeáveis. A ideia drástica do isolamento da freguesia de Castro Laboreiro afigura-se-nos, portanto, estereotipada. Contudo, se fosse completamente descabida, não teria logrado tamanho arraigamento e crédito. Pode tratar-se de uma inverdade, mas de uma inverdade que encerra, admita-se, várias meias verdades que concorrem para que Castro Laboreiro pareça um mundo à parte. Estas meias verdades pedem e inspiram um próximo texto.

